

UM ESTUDO RETROSPECTIVO DO ADOECIMENTO DOCENTE EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO- OESTE BRASILEIRO

A RETROSPECTIVE STUDY ON TEACHER ILLNESS IN A FEDERAL INSTITUTION OF HIGHER EDUCATION IN CENTRAL-WEST BRAZIL

André Baptista Leite 1
Alessandro Vinicius de Paula 2
Rita Eliana Masaro 3
Viviane Martins Santos 4

Resumo: Objetivou-se identificar as relações entre o perfil de adoecimento dos servidores ativos da carreira docente de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) do Centro-Oeste brasileiro. Realizou-se uma análise dos dados epidemiológicos e dos registros de afastamentos/licenças por motivo de saúde de servidores docentes no sexênio de 2014 a 2019. Consideraram-se, especificamente, as Classes docentes Adjunto e Associado, e notou-se que prevaleceram os adoecimentos da CID F (52%), relacionado aos transtornos mentais e comportamentais, e da CID M (17%), associado às doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo. Estas manifestações de adoecimentos podem estar relacionadas à grande demanda e cobrança de produtividade acadêmica no ambiente do trabalho, precarização na estrutura física, associado à ausência de programas de prevenção e promoção à saúde do servidor na área acadêmica. São necessárias ações preventivas para diminuição do adoecimento docente, visto que tais quadros de adoecimentos foram responsáveis pelo maior número de afastamentos dos servidores docentes das classes Adjunto e Associado no período pesquisado.

Palavras-chave: Licença Médica. Professor Universitário. Epidemiologia.

Abstract: The objective was to identify the relationships among the illness profile of active servants in the teaching career of a Federal Institution of Higher Education (FIHE) in the Brazilian Midwest. Thus, we carried out an analysis of the epidemiological data and records of absences/leaves due to health reasons of teaching staff in the six-year period from 2014 to 2019. Specifically, we considered the Adjunct and Associate teaching classes. It was noted that the illnesses of the ICD F prevailed (52%) related to mental and behavioral disorders, and ICD M (17%), associated with diseases of the musculoskeletal system and connective tissue. These manifestations of illness may be related to the high demand and labor charge for academic productivity in the work environment, precariousness in the physical structure, associated with the absence of programs for prevention and promotion of public servants' health in the academic area. Preventive actions are needed to reduce teaching illness, since such illnesses were responsible for the highest number of absences of teaching staff from the Adjunct and Associate classes in the researched period.

Keywords: Medical License. University Professor. Epidemiology.

- 1 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Secretário de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Mato Grosso. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3261829783546846>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2760-4803>. E-mail: andre.baptista.leite@gmail.com
- 2 Doutor em Administração pela Universidade de Lavras (UFLA). Professor/pesquisador no Departamento de Psicologia do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá – MT, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9006393751517536>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7366-5095>. E-mail: avpaula@yahoo.com.br
- 3 Doutora e pós-doutora em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP). Professora/ Pesquisadora do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá – MT, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4348-0385>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4733536328864721>. E-mail: masarorita@gmail.com
- 4 Doutora em Ciências, Programa de Pediatria, DINTER USP/UFMT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0001581524800417>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3230-0959>. E-mail: martinsantos.viviane@gmail.com

Introdução

O ensino superior tem sido almejado como uma possibilidade real de mobilidade social, isto é, uma ascensão social que é desejada como única oportunidade de superar as condições de vida a que foram submetidos os trabalhadores em nosso país (BAUER, 2006).

Tendo como referencial a luta em defesa de uma educação pública gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, para todas e todos, a importância do ensino superior passou a envolver a sociedade, à medida que percebe a importância da educação na formação do profissional, considerando que o ensino superior traria consequências favoráveis a novos horizontes profissionais e pessoais.

Nesse sentido, a sociedade tem exigido, do poder público, políticas que não apenas democratizem o acesso, mas também qualifiquem a oferta da educação no país, servindo de importante instrumento de pressão para alcançar a almejada qualidade de ensino e transformação social.

O Brasil tem vivenciado uma série de transformações e reformas no ensino superior, relacionadas à construção de novos modelos educacionais, por meio da mercantilização do ensino superior privado e da utilização das estratégias educacionais voltadas para o lucro. Sendo assim, tais transformações reforçam a comercialização do ensino, refletindo-se no contexto atual da educação e no perfil do professor, que precisa se adaptar ao novo sistema (DALAGASPERINA; MONTEIRO, 2016).

Não muito distante dessa realidade, os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desenvolvem múltiplas atividades nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. Além do mais, estão envolvidos em atividades administrativas, em diferentes condições de trabalho, tornando as relações de trabalho mais complexas (RECKTENVALD; SOUZA, 2015). É possível perceber que a situação da educação pública superior no Brasil não é promissora, o que afeta a toda a sociedade e o desenvolvimento do país e, mais direta e imediatamente, os estudantes e os servidores deste segmento.

A qualidade da formação universitária depende diretamente do profissionalismo da docência universitária e da qualidade do desempenho do trabalho do docente universitário. Este é diretamente influenciado pelo seu local de trabalho e pelas políticas vigentes dentro de um sistema educacional performático e da lógica produtivista figurada, atualmente, nas IFES brasileiras (MASARO; PAULA, 2022).

O bom desempenho do docente universitário é permeado pela pressão da eficiência, da produtividade e do desempenho, além da exigência de alto grau de qualificação no exercício das atividades intensificada pelos desafios e adaptações exigidas pela cultura digital (MASARO; PAULA, 2022).

Diante deste cenário, os fatores intrínsecos que permeiam o trabalho do professor (sentimento de prazer e motivação por exemplo) “[...] transformam o sofrimento e reduzem as tensões, o que implica transformar as limitações em oportunidades. Mesmo que a condição das instituições de ensino superior não contribua efetivamente para o desempenho do trabalho do docente universitário” (MASARO; PAULA, 2022, p. 719).

Muitas vezes, os afastamentos evidenciam que o adoecimento pode estar relacionado com a baixa remuneração daqueles docentes que estão no início da sua carreira, à falta de condições de trabalho da universidade, às mudanças na profissão docente, à necessidade de tempo livre para se dedicar à família e a sua rede de apoio. Soma-se a falta de perspectiva de crescimento profissional, que está atrelada ao produtivismo acadêmico, a insatisfação com a estrutura do sistema educacional vivenciado, o sucateamento da universidade pública e os problemas de saúde tanto pessoal quanto de terceiros da família (PAULA; BARROS, 2020; PAULA; BOAS, 2017; PAULA, 2015).

Estabelecer o nexo causal entre o adoecimento e o ambiente de trabalho contribui para uma prescrição terapêutica mais adequada e, portanto, tal medida vem se mostrando particularmente útil. Pensar neste campo de saúde em conjunto com a psicologia, enquanto campo de trabalho, permite compreender ser esta uma oportunidade promissora, inclusive no que se refere à contribuição do profissional psicólogo para a determinação do nexo causal dos processos de adoecimento (JACQUES, 2007).

Neste escopo, objetivou-se identificar as possíveis relações entre o adoecimento e a classe de atuação dos servidores ativos da carreira docente de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) do Centro-Oeste brasileiro no sexênio de 2014 a 2019. Trata-se de um estrato do estudo retrospectivo do total de adoecimentos dos docentes ativos da Classe C – Adjunto, e da Classe D – Assistente, de acordo com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos da carreira docente pública federal (Lei 12.863 de 2013) (BRASIL, 2013), totalizando 204 docentes.

O método empregado foi a coleta e análise dos dados epidemiológicos e dos registros de afastamentos/licenças por motivo de saúde de servidores docentes, homologados no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) e Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) da instituição pesquisada. Além disso, realizou-se a análise documental dos dados institucionais, anuários estatísticos e relatórios de gestão da instituição pesquisada.

A carreira no magistério superior federal e o risco de adoecimento

A Lei 7.596 de 1987 estabeleceu que as universidades e demais Instituições Federais de Ensino Superior serão estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, tendo um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnico-administrativos, aprovado, em regulamento, pelo Poder Executivo (BRASIL, 1987a). Assegura-se, assim, o princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor.

Houve a construção de uma política de Estado, no sentido da valorização do magistério, ao qual direcionou recursos e normativas para aplicação na educação, buscando estabelecer uma carreira atrativa e estimulante, uma vez que, até meados de 1988, inexistiam legislações específicas que incentivassem o ingresso de bons profissionais na carreira do magistério superior. Foi possível efetuar os marcos regulatórios da carreira do magistério superior público federal. O Plano Único de Classificação configura a carreira do professor, conforme a estrutura do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, em cinco classes: auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular (BRASIL, 2013).

Também cabe ressaltar a promulgação da Lei 8.112 de 1990 (BRASIL, 1990), que regulamentou o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas federais. Portanto, visualiza-se que o servidor docente do magistério superior de uma instituição federal de ensino no Brasil tem sua carreira instituída pelo Decreto 94.664 de 1987 (BRASIL, 1987b) e por outras normativas presentes nas diversas legislações em vigor, regulamentadas pelos conselhos diretivos de sua instituição, bem como orientadas também pelo Ministério da Educação.

A compreensão da relação entre o trabalho e o adoecimento dos trabalhadores vem ao encontro da necessidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, para que o planejamento de ações e programas possam prevenir o adoecimento dos trabalhadores no âmbito da instituição e para cuidar daqueles que ainda estão adoecidos ou em retorno ao local de trabalho.

Para essa compreensão, muitos aspectos são elencados: o diagnóstico da doença, os riscos ocupacionais e o estabelecimento da relação entre o agravo apresentado e o ambiente de trabalho, ou seja, o nexa causal (CABRAL, 2018). O nexa causal entre transtorno mental e trabalho, por exemplo, demonstra caminhos conceituais que diferem. Podem ser essencialmente doenças orgânicas ou psíquicas ou, ainda, resultantes de um conjunto de fatores biopsicossociais (LIMA, 2006).

A constante pressão de trabalho sobre o docente, advinda dos processos de qualificação, carreira, geração de resultados, e, principalmente, da carga de trabalho excessiva e sem reconhecimento ou recompensas, advém um significativo impacto em sua estrutura psíquica. A demanda cada vez mais exigente do mercado produtivo de maior contingente de mão de obra especializada e inserida nos processos de avanços tecnológicos e científicos fez das universidades federais um arranjo expansionista de primeira grandeza, no qual o docente, indivíduo esquecido e superdimensionado em suas atribuições não se reconhece, angustia-se e adocece (FORATTINI; LUCENA, 2015).

Nesse sentido, o sofrimento no trabalho é consequência da persistência do ser humano em viver num ambiente de trabalho que lhe é adverso e que despoja o trabalhador de sua subjetividade. Os fenômenos em saúde mental (desânimo, tristeza, depressão, assédios, estresse, transtornos diversos) e suas especificidades, problemas derivados da exposição a diversos tipos de riscos no ambiente de trabalho, acidentes de trabalho devem ser objeto de atenção no ambiente laboral (LEÃO, 2014). Atualmente, as doenças mentais que mais afetam os docentes das IFES no Brasil, por exemplo, são a depressão e a síndrome de *burnout* (FORATTINI; LUCENA, 2015).

Método

Trata-se de uma pesquisa de natureza observacional, na qual o pesquisador não realiza intervenções, entretanto, realiza medições, análises e outros procedimentos para coleta de dados. É retrospectiva quanto ao desenvolvimento no tempo, no qual explora dados e informações do passado até o presente atual (FONTELLES, *et al.* 2009).

Na primeira fase deste estudo, realizou-se a coleta e a análise dos documentos institucionais públicos: relatórios de gestão, anuários estatísticos, notas técnicas, entre outros, abrangendo o sexênio de 2014 a 2019 (no período compreendido entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2019) e a consulta às unidades de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) do Centro-Oeste brasileiro. O estrato é referente ao total de adoecimentos de 204 docentes ativos da classe C – Adjunto, e da Classe D (BRASIL, 1987a).

A pesquisa foi aprovada pela Secretaria de Gestão de Pessoas da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), convidada para a pesquisa e pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP Humanidades) [CAAE nº 24652719.9.0000.5690].

Os pesquisadores acessaram as informações do estrato do estudo retrospectivo, por meio dos dados dos controles internos da área de Assistência Social e Saúde do Servidor (CASS), homologados pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e pelo Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), para que a coleta de dados fosse concluída.

Foram incluídos os registros dos atestados médicos contendo a Classificação Internacional de Doenças (CID), permitindo, assim, traçar o perfil do adoecimento dos servidores docentes. Os pedidos de licença médica sem menção da CID pelo médico ou dentista assistente foram excluídos da pesquisa.

Para conhecer as causas do adoecimento dos servidores da IFES em questão, foi utilizada a CID. Há mais de um século, a CID tem sido a base para estatísticas comparáveis sobre causas de mortalidade e morbidade entre lugares e ao longo do tempo. A CID atende a uma ampla gama de usos globalmente e fornece conhecimento crítico sobre a extensão, causas e consequências de doenças e mortes humanas em todo o mundo, por meio de dados relatados e codificados com a CID. Os termos clínicos codificados com CID são a principal base para o registro de saúde e estatísticas sobre doenças na atenção primária, secundária e terciária, bem como nas declarações de causa de óbito (WORLD HEALTH ORGANISATION - WHO), 2022).

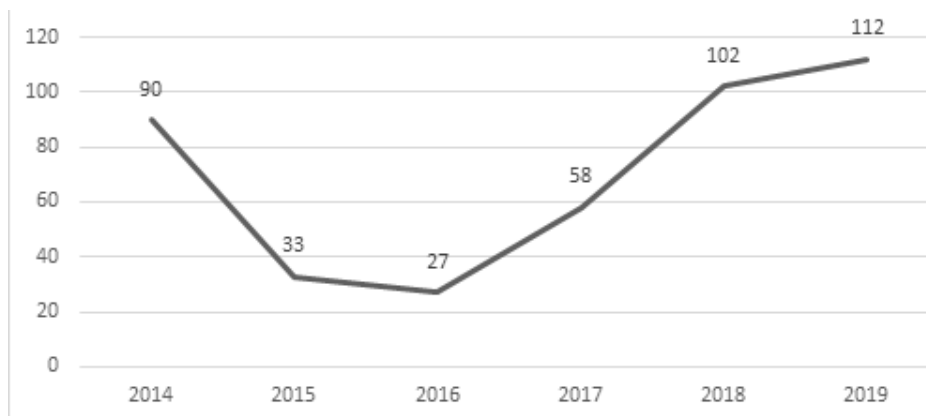
Esses dados e estatísticas dão suporte a sistemas de pagamento, planejamento de serviços, administração de qualidade e segurança e pesquisa de serviços de saúde. A orientação diagnóstica, vinculada às categorias da CID, também padroniza a coleta de dados e possibilita pesquisas em larga escala. Os usos da CID são diversos e difundidos e muito do que se sabe sobre a extensão, causas e consequências das doenças humanas em todo o mundo depende do uso de dados classificados de acordo com a CID (WHO, 2022). Deste modo, identificou-se a existência ou não de adoecimento destes servidores, os motivos explicitados e a frequência.

Por fim, na segunda fase desta pesquisa, empreendeu-se uma análise quantitativa dos registros de afastamentos/licenças por motivo de saúde de servidores docentes obtidos. Para tal, utilizaram-se métodos de estatística descritiva (distribuição de frequência e média). A estatística descritiva tem por objetivo básico sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo, dessa forma, que se tenha uma visão global da variação desses valores (GUEDES, 2005), que serão explicitados e discutidos na seção dos resultados e discussão.

Resultados e discussão

Registrou-se, na Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) pesquisada, o afastamento de 292 servidores docentes no sexênio de 2014-2019. Desse total de docentes afastados, 104 (36%) servidores eram do sexo masculino e 188 (64%), do sexo feminino. É importante ressaltar que alguns docentes apresentaram mais que um afastamento, o que totalizaram 422 registros de afastamentos apurados na sequência anual, conforme a Figura 1. Notou-se que o total de afastamentos aumentou anualmente desde 2016, a saber: ano 2016 foram 27 (6,4%); 2017 foram 58 (14%); 2018 foram 102 (24%); 2019 foram 112 (26,5%).

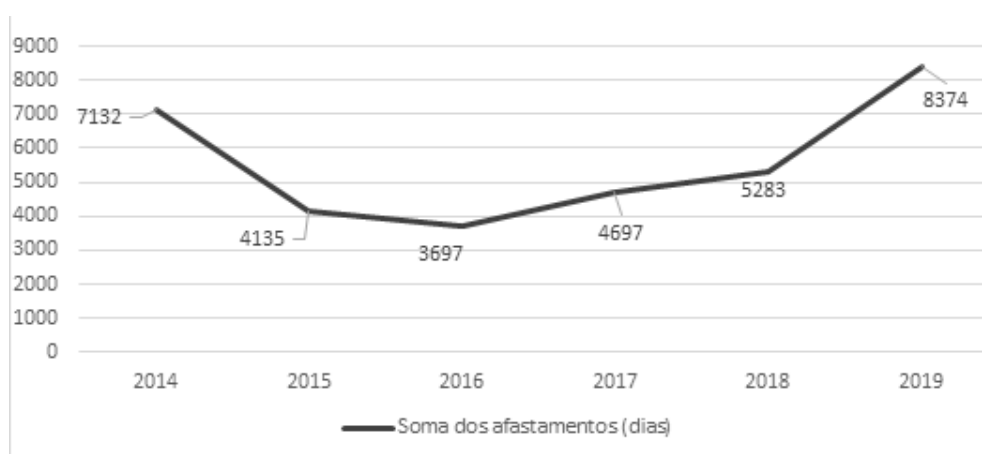
Gráfico 1. Total de afastamentos dos servidores docentes (2014 a 2019)



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na Figura 2, é possível visualizar o total de dias de afastamento, que corresponderam ao total de 33.228 dias de afastamentos no sexênio 2014-2019, realizados por 292 servidores docentes. Observou-se uma evolução quantitativa destes registros em seus números absolutos em diferentes intervalos de tempo entre os anos de 2014 e 2019, com maiores picos em 2014 e 2019.

Gráfico 2. Total de dias referentes aos afastamentos docentes entre (2014 e 2019)



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme os dados apresentados, nas Figuras 1 e 2, verificou-se considerável número de docentes afastados, bem como o número de dias perdidos com o período de afastamento. Estes afastamentos, previstos e amparados por lei, podem gerar desconforto e sobrecarga de trabalho nos servidores remanescentes em exercício, que são afetados pela ausência daqueles que se afastaram.

Tanto as licenças médicas em médio como em longo prazo aumentam os gastos do poder público com contratações de professores substitutos, ou até mesmo levam ao aumento da incapacidade de trabalho dos servidores docentes ativos, pelo acúmulo e complicações em seu

ambiente de trabalho, derivados da sobrecarga e do acúmulo de atividades.

No Brasil, a expansão do ensino superior não foi acompanhada da mesma proporção de investimentos na educação. Dessa forma, a exigência sobre a produtividade de pesquisa, ensino e extensão, bem como as condições do trabalho, sejam elas relativas ao espaço escolar, quantidade de alunos por sala de aula, falta de equipamentos técnicos e pedagógicos e sobrecarga de atividades extras, figuram como fatores que podem estar diretamente ligados ao aumento do adoecimento em professores e seu afastamento do local de trabalho (MAZARO, 2014). Muitos agentes causais de agravos à saúde podem ser originados nas pressões do trabalho.

Ademais, cabe destacar que o cenário educacional brasileiro, nos triênios de 2014/2016 e 2017/2019, foi marcado por intensas manifestações políticas e econômicas. Em 2014, a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita para seu segundo mandato como presidenta do Brasil. Após sua reeleição, o país enfrentou crise política e econômica. A recessão e a contínua elevação dos gastos levaram a uma situação de crise fiscal, intensificada pela crise política.

A contradição entre diminuição da pobreza e concentração de renda não foi enfrentada em nenhum dos governos do período 1995-2016, e uma reforma tributária ampla e progressiva que contribuisse para reduzir a concentração de renda no país não chegou a ser priorizada (PERES; SANTOS, 2020).

As críticas mais contundentes sobre a política educacional para educação superior nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016) dizem respeito “[...] ao processo de privatização da educação e à transformação desta em mercadoria [...]” (LIMA; CUNHA, 2020, p. 15).

No Governo de Michel Temer (2016-2018), houve uma continuidade na generalização de soluções para a oferta e gestão educacional, a partir de programas e políticas apoiados no setor privado, seja este com ou sem fins lucrativos. A situação foi agravada com a Emenda Constitucional (EC) nº 95 de 2016 (BRASIL, 2016), que instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) e congelou os gastos públicos do governo federal com despesas primárias (incluindo educação e saúde) por 20 anos.

Nesse sentido, o Governo de Michel Temer repôs apenas as perdas inflacionárias. Para além de restringir os investimentos essenciais para adequado funcionamento da educação, o Governo de Michel Temer ainda contribuiu para o crescimento das parcerias público-privadas (CARVALHO; PIRES, 2020; LIMA; CUNHA, 2020).

No Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 – atual), o desmonte das políticas sociais e educacionais se intensificou, por meio de cortes dos investimentos na educação superior com a conciliação da educação com as demandas do capital, promovendo a privatização e mercantilização da educação. Este cenário evidenciou o problema do adoecimento docente no ambiente de trabalho, que reflete no seu ambiente de trabalho (LIMA; CUNHA, 2020; SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2018).

Apesar de pertencerem a uma mesma carreira de professor do magistério superior, os docentes podem se encontrar em classes diferentes, dependendo de como ingressaram na carreira ou no desenvolver das suas progressões. Conforme legislação vigente, a carreira docente está estruturada em cinco classes: I - Classe A, com as denominações de: a) Professor Adjunto A; b) Professor Assistente A; c) Professor Auxiliar; II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente; III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto; IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e V - Classe E, com a denominação de professor Titular. Dentro dessa divisão de enquadramento, é possível observar que o servidor vivencia quatro momentos de mudança que norteiam sua carreira, com destaque para os seguintes pontos: ingresso na carreira, atividades docentes, regime de trabalho, progressão/promoção e remuneração (BRASIL, 2013).

Outrossim, observa-se uma maior valorização pecuniária àqueles que detém o título de doutor em relação às demais titulações, melhor avaliação de desempenho e em relação ao regime de dedicação. Cada fase da carreira exige do docente: trabalho, dedicação, equilíbrio da vida profissional e pessoal. No entanto, o desejo de permanecer na docência está, muitas vezes, atrelado à necessidade financeira, segurança do vínculo empregatício como servidor público e identificação com a profissão (FAVATTO; BOTH, 2019).

No período pesquisado, dos 292 docentes afastados, analisou-se o estrato dos afastamentos registrados de 122 docentes ativos da classe C – Adjunto (41,8%) e 82 docentes ativos da classe D –

Associado (28%). Estas duas classes de servidores docentes do magistério superior público federal foram destacadas em função de apresentarem o maior número de adoecimentos no sexênio estudado.

Além da indiferença dos pares diante do adoecimento de um colega, a IFES também é convocada para buscar soluções para o estado de saúde do servidor docente adoecido, por meio do serviço oferecido pela Coordenação de Assistência Social e Saúde do Servidor (CASS), por exemplo. Além disso, na perspectiva da gestão, a IFES também enfrentará o absenteísmo deste servidor, haja vista que o trabalho ora é uma fonte de prazer e ora de desprazer e adoecimento (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A Tabela 1 apresenta os dados do perfil sociodemográfico dos servidores docentes com registro de afastamento por motivo de saúde da Classe C - Professor Adjunto. Os dados revelaram um alto índice de afastamentos no 2º triênio (n = 100), quando comparado com o 1º triênio (n = 22).

Tabela 1. Perfil sociodemográfico e de adoecimento dos servidores docentes – Classe C - Adjunto – com registro de afastamento por motivo de saúde nos triênios 2014 a 2016 e 2017 a 2019

	1º triênio (2014 – 2016)	2º triênio (2017 – 2019)
Total de docentes afastados	22	100
Média de idade docentes	42	42
Carga Horária DE	22	95
Carga Horária 40 h	-	4
Carga Horária 20 h	-	1
Sexo Masculino	5	31
Sexo Feminino	17	69
Média de tempo no cargo	11	10

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A média de tempo de atividade no cargo docente da classe adjunto varia entre 11 e 10 anos, em comparação aos triênios. A média de idade dos professores é de 42 anos, com predominância nos afastamentos para tratamento de saúde pelo sexo feminino em ambos os triênios, com destaque para 95 afastamentos direcionados aos docentes com dedicação exclusiva. Observam-se afastamentos de docentes em plena fase produtiva, relativamente jovens tanto em idade quanto em tempo de serviço, mas que vivenciam a IFES plenamente por terem dedicação exclusiva. Talvez, estes docentes sejam os mais afetados pela desmonte, falta de incentivos e reconhecimento das IFES.

No primeiro triênio, conforme a Tabela 2, referente à análise dos dados do professor Classe C - Adjunto, em relação ao número absoluto de licenças médicas, houve a prevalência da CID F: transtornos mentais e comportamentais (17%) e CID M: doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (17%). No entanto, no segundo triênio, destaca-se a CID Z: Exame geral e investigação de pessoas sem queixas ou diagnóstico relatado e doenças relacionadas, fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (15%).

Tabela 2. Classificação do adoecimento docente da Classe C - Adjunto (sexênio 2014 a 2019)

1º triênio (2014 - 2016)		2º triênio (2017-2019)	
CID	%	CID	%
F	17	Z	15
M	17	S	6
C	13	F	3
S	9	I	3
Z	9	K	3

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Tabela 3 apresenta os dados do perfil sociodemográfico dos servidores docentes com registro de afastamento por motivo de saúde da Classe D - Associado. A classe do professor associado é a que sucede o nível da Classe Adjunto. A média tempo de atividade no cargo docente, nesta Classe Associado, varia entre 15 e 17 anos, em comparação aos triênios.

Tabela 3. Perfil sociodemográfico e de adoecimento dos servidores docentes – Classe D - Associado – com registro de afastamento por motivo de saúde nos triênios 2014 a 2016 e 2017 a 2019

	1º triênio (2014 – 2016)	2º triênio (2017 – 2019)
Total de docentes afastados	17	65
Média de idade docentes	48	50
Carga Horária DE	16	64
Carga Horária 40 h	-	1
Carga Horária 20 h	1	-
Sexo Masculino	7	28
Sexo Feminino	10	37
Média de tempo no cargo	15	17

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Há predominância pelo sexo feminino (10 afastamentos no 1º triênio; 37 afastamentos no 2º triênio) nos afastamentos para tratamento de saúde na Classe D – Associado, nos respectivos triênios. Percebe-se, ainda, uma pequena variação quanto ao regime de trabalho, tendo, no entanto, a predominância sobre a dedicação exclusiva. Assim como observado no perfil do adoecimento dos docentes Classe C - Adjunto, os docentes na Classe D - Associado também se encontram numa fase de cobrança de extremo produtivismo acadêmico, porém, vivenciando as intempéries da falta de recursos e reconhecimento das IFES.

A Tabela 4, referente ao professor Associado, apresenta uma característica comum nos principais CIDs prevaletentes nos dois triênios. No primeiro triênio da categoria CID F: transtornos mentais e comportamentais (26%) e a CID Z: exame geral e investigação de pessoas sem queixas ou diagnóstico relatado (26%). No segundo triênio, a CID Z (11%) e CID F (9%).

Tabela 4. Classificação do adoecimento docente da Classe D – Associado (sexênio 2014 a 2019)

1º triênio (2014 - 2016)		2º triênio (2017-2019)	
CID	%	CID	%
F	26	Z	11
Z	26	F	9
K	11	C	9
I	5,3	K	6,2
C	5,3	S	4,6

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quando analisadas pelo sexênio por classe de professor, a incidência dos casos de adoecimentos na Classe C – Adjunto demonstrou a CID F (35%) juntamente com a CID M (17%) e a CID Z (15%) no sexênio 2014-2019. Quando analisadas pelo sexênio, por classe de professor, a incidência dos casos de adoecimentos na Classe D – Associado demonstrou a predominância da CID Z (37%), seguido de CID F (35%) no sexênio 2014-2019.

Em síntese, as evidências demonstraram que é preciso prevenir a ocorrência de novos casos de adoecimentos relacionados às referidas CID F (52%) e CID M (17%), responsáveis quantitativamente pelo maior número de afastamentos dos servidores docentes das classes Adjunto e Associado no sexênio 2014-2019.

Em relação às doenças agrupadas, a categoria CID F (transtornos mentais e comportamentais) é, comumente, designada às pessoas que sofrem mentalmente e apresentam sintomas somáticos como irritação, cansaço, esquecimento, redução da capacidade de concentração, ansiedade e depressão. As projeções mundiais para 2030 são no sentido de incluírem estas perturbações entre as mais incapacitantes do ser humano (LUCHESE *et al.*, 2014).

Entretanto, é necessário observar, ainda, que o sofrimento psíquico é bastante complexo e exige um olhar clínico minucioso sobre o sujeito e o seu contexto, antes de ser estabelecido um diagnóstico de transtorno mental (MARTINHAGO; CAPONI, 2019).

As doenças derivadas da CID M (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) estão fundamentalmente relacionadas às mudanças na organização do trabalho e, secundariamente, às inovações tecnológicas resultantes da reestruturação produtiva. No entanto, ainda existe muita controvérsia sobre essa doença. A controvérsia é resultado da negação da existência do nexo causal entre a doença e a atividade desempenhada pelo trabalhador (MUROFUSE, 2005).

Essa controvérsia, em muitos contextos, ocorre, justamente, pela dificuldade de se provar que a incapacidade laborativa, ou seja, a impossibilidade de desempenho das funções específicas do cargo ou ocupação, é provocada por doença ou acidente, derivados do ambiente de trabalho ou da sua relação interacional com este ambiente. Logo, o estabelecimento do nexo-causal entre uma doença e o seu agente causador decorre de um estudo completo (RODRIGUES, 2004).

A análise do nexo causal e trabalho envolve, na sua determinação, uma série de fatores de ordem ideológica, ética, legal e humanística. Para sua compreensão, são essenciais: o diagnóstico da doença; a presença no ambiente de trabalho de riscos ocupacionais capazes de causar o agravo à saúde; e o estabelecimento da relação entre o agravo apresentado e o ambiente de trabalho, ou seja, o nexo causal (CABRAL; SOLER; WYSOCKI, 2018).

O grupo dos adoecimentos de CID Z agrupa as diferentes causas de procura por atendimento, além de definir vários procedimentos utilizados nos atendimentos nas consultas. Os afastamentos atrelados à CID Z incluem a necessidade dos servidores docentes se ausentarem para alguns tipos de consulta, as necessidades de imunização (vacinação), serviços relacionados à gestão de exames, investigações de saúde e ainda, riscos socioeconômicos, histórico familiar de presença de doenças e acompanhamentos.

Portanto, a CID Z é muito utilizada para justificar a ausência do servidor docente mediante uma consulta de rotina, exame e investigação, motivo pelo qual evidencia-se o destaque diante dos demais afastamentos investigados. No entanto, não se refere, necessariamente, a uma CID relacionada com uma comorbidade grave, mas como justificativa de ausência.

ACIDZ (52%) é muito ampla e complexa, uma vez que engloba as pessoas com riscos potenciais à saúde, relacionados com circunstâncias socioeconômicas, psicossociais e riscos potenciais à saúde relacionada a doenças transmissíveis. A CID Z inclui os casos de acompanhamento de pessoa doente na família, consultas e, inclusive, convalescência após cirurgias. Por possuir muitas variáveis genéricas, é de difícil prevenção.

Os avanços conquistados pela humanidade, além das facilidades e dos benefícios, acarretaram, também, problemas à saúde do trabalhador (MUROFUSE; MARZIALE, 2005). Esses problemas da saúde se evidenciam ainda mais quando reforçados pelas CIDs que se compõe nas tabelas apresentadas, contendo os dados sociodemográficos e de adoecimento dos servidores docentes com registro de afastamento por motivo de saúde, bem como os dados apresentados dos afastamentos por classe docente.

A maneira como o trabalho é organizado em cada um dos seus regimes de trabalho docente tende a refletir de diversas maneiras dentro do adoecimento destes trabalhadores. As universidades, por sua vez, também aumentaram as exigências, no que se refere a realizar pesquisas e aumentar sua produção científica (KILIMNIK *et al.*, 2015). Tanta cobrança de produtividade, relacionada às más condições de trabalho, tende a aumentar a incidência dos transtornos mentais e comportamentais.

O produtivismo acadêmico dentro da universidade pública é resultado, também, dos processos de avaliação e controle, caracterizado pela excessiva valorização da quantidade de produção científico-acadêmica, para fins de avaliação e classificação dos cursos de mestrado e doutorado, atendendo a critérios de regulação e controle da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (PATRUS; DANTAS; SHIGAKI, 2015).

Ainda sobre o produtivismo, este modelo, de serialização industrial, trouxe consequências, com a intensificação do trabalho docente e prejuízos à saúde física e mental dos pesquisadores (PAULA; BARROS, 2020; PAULA; BOAS, 2017; PAULA, 2015; PATRUS; DANTAS; SHIGAKI, 2015).

Essa associação de fatores de aumento da exigência da produção acadêmica, em consonância com as dificuldades em diversos âmbitos encontradas na instituição, tende a facilitar esse adoecimento. É importante compreender que mudanças no ambiente do trabalho impactam profundamente as relações de trabalho nas organizações, trazendo um custo para a saúde dos trabalhadores (PEREIRA; BRAGA; MARQUES, 2014).

Dentre tantos adoecimentos acometidos pelos docentes, há de se considerar, ainda, as condições pré-existentes, conforme as características próprias do indivíduo, como herança genética, hábitos de vida, como tabagismo, alcoolismo e, em muitos casos, o sedentarismo. Existe ainda a possibilidade de atestados que não condizem com o estado de saúde dos servidores, o que pode causar uma superestimação dos casos registrados. Algumas doenças do trabalho tornam-se mais comuns entre os servidores docentes, entretanto, é fundamental a análise individual para cada situação.

Considerações Finais

Em resposta ao objetivo de identificar as possíveis relações entre o adoecimento e a classe docente dos servidores ativos da carreira docente de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) do Centro-Oeste brasileiro no sexênio de 2014 a 2019, considerando maior incidência de registros de adoecimento nas classes Adjunto e Associado, obteve-se, como principais resultados percentuais, a prevalência dos adoecimentos relacionados às referidas CIDs F e M.

Estas manifestações de adoecimentos são atreladas à prevalência dos transtornos mentais e comportamentais, que podem estar relacionados à grande demanda e cobrança de produtividade acadêmica no ambiente do trabalho, precarização na estrutura física, associado à ausência de programas de prevenção e promoção à saúde do servidor na área acadêmica.

Vale ressaltar que as doenças ocupacionais vão muito além do que conhecemos comumente, sendo fundamental a análise individual para cada situação e uma política de promoção e prevenção à saúde do trabalhador também nas IFES brasileiras, para evitar o agravamento do quadro epidemiológico do adoecimento.

Referências

BAUER, Carlos. Política de Expansão do Ensino Superior: A classe operária vai ao Campus. **ECCOS Revista Científica**, v. 8, n. 2, p. 449-470, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/478/461>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 7.596**, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. 1987a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7596.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 94.664**, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. 1987b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.863**, de 24 de setembro de 2013. Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12863.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.

CABRAL, Lenz Alberto Alves; SOLER, Zaida Aurora Sperli Geraldes; WYSOCKI, Anneliese Domingues. Pluralidade do nexos causal em acidente de trabalho/doença ocupacional: estudo de base legal no Brasil. **Rev. bras. saúde ocup.**, v. 43, e1, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000021516>.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves; PIRES, Daniela de Oliveira. Arranjos de desenvolvimento da educação: da parceria público-privada à disputa pelo fundo público educacional. Dossiê Processos de Privatização da Educação em Países Latino-americanos. **Educar em Revista**, v. 36, e77538, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.77538>.

DALAGASPERINA, Patrícia; MONTEIRO, Janine Kieling. Estresse e docência: Um estudo no ensino superior privado. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 1, p. 37-51, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.1.37-51>.

FAVATTO, Naline Cristina; BOTH, Jorge. Motivos para abandono e permanência na carreira docente em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 2, p. 127-134, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.05.004>.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos Alberto. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, v. 1, n. 2, p.32-47, 2015. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/201> . Acesso em: 12 jul. 2022.

GUEDES, Terezinha Aparecida *et al.* **Estatística descritiva**. Projeto de ensino aprender fazendo estatística, Maringá: UEM, 2005, p. 1-49.

JACQUES, Maria da Graça. O nexso causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & sociedade**, v. 19, ed. esp. 1, p. 112-119, 2007. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400015>.

KILIMNIK, Zélia Miranda *et al.* O significado do trabalho: um estudo com professores de administração em uma universidade. **Revista Lugares de Educação**, v. 5, n. 11, p. 3–27, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/17910> . Acesso em: 12 jul. 2022.

LEÃO, Luís Henrique da Costa. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 2, p. 291-305, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/viewFile/1008/722> Acesso em: 12 jul. 2022.

LIMA, Tatiane; CUNHA, Mauro. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 14, n. 28, p. 1-19, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v14i0.71794> .

LUCCHESI, Roselma *et al.* Prevalência de transtorno mental comum na atenção primária. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 27, n. 3, p. 200-207, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201400035>.

MARTINHAGO, Fernanda; CAPONI, Sandra. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. **Physis**, v. 29, n. 2, e 290213, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312019290213>.

MASARO, Rita Eliana; PAULA, Alessandro Vinicius. Fatores de qualidade no ensino superior e o desempenho no trabalho dos docentes universitários. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 2, p. 705–724, 2022. Doi: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-64729>.

MAZARO, Rita Eliana. **O desempenho docente no ensino superior**: Uma análise dos fatores de qualidade. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014. Doi: <https://doi.org/10.11606/T.47.2014.tde-13102014-105453> .

MUROFUSE, Neide Tiemi; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Doenças do sistema osteomuscular em trabalhadores de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 364-373,

2005. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692005000300011>.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; SOUZA PEREIRA, Maristela; LIMA, Luana Mundim. Trabalho, produtividade e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 609-619, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral; SHIGAKI, Helena Belintani. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1679-39518866>.

PAULA, Alessandro Vinicius. **Qualidade de vida no trabalho de professores de instituições federais de ensino superior**: um estudo em duas universidades brasileiras. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG: 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/10473>. Acesso em: 27 nov. 2019.

PAULA, Alessandro Vinicius; BARROS, Amailson, Sandro. Apontamentos psicossociais da precarização do trabalho docente no ensino superior federal: algumas reflexões. In: MANSILLA, Débora Pedrotti; HARDOIM, Edna Lopes; MELLO, Irene Cristina (Orgs.). **Ciências Sociais Aplicadas**. 1a ed. Cuiabá: EdUFMT Digital, 2020, v. 03, p. 262-273. Disponível em: <https://www.edufmt.com.br/product-page/ci%C3%A2ncias-sociais-aplicadas>. Acesso em: 13 mar. 2021.

PAULA, Alessandro Vinicius; BOAS, Ana Alice Vilas. Well-being and Quality of Working Life of University Professors in Brazil. In: BOAS, Ana Alice Vilas (org.). **Quality of Life and Quality of Working Life**. Rijeka: Intech, 2017. p. 187–210. Doi: <http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.70237>.

PEREIRA, Luciano Zille; BRAGA, Clarisse Daguer; MARQUES, Antônio Luiz. Estresse no trabalho: um desafio para os gestores das organizações brasileiras. **Revista de Gestão**, v. 21, n. 3, p. 401-413, 2014. Doi: <https://doi.org/10.5700/rege537>.

PERES, Úrsula Dias; SANTOS, Fábio Pereira. O orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 35, n. 103, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/3510307/2020>.

RECKTENVALD, Marcelo; SOUZA, Irineu Manoel. Normatização das Atividades Docentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): O caso da Universidade Federal da Fronteira Sul. **XVI Colóquio de Gestão Universitária - CIGU**; Arequipa – Peru, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172611/OK%20-%20101_00514%20-%2000K.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 jul. 2022.

RODRIGUES, Dirceu Francisco de Araújo. **As controvérsias na investigação da relação nexocausal de distúrbios osteomusculares e o trabalho realizado**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4597?locale-attribute=es>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SATO, Leny; COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Psicologia social do trabalho**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2018.

WORLD HEALTH ORGANISATION (WHO). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)**. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases> Acesso em: 23 mai. 2022.

Recebido em 08 de junho de 2022.
Aceito em 13 de setembro de 2022.